



O DEBATE PÚBLICO SOBRE O VALOR DA FLORESTA AMAZÔNICA E A IMPRENSA

Dione O. Moura

Doutora em Ciência da Informação

Universidade de Brasília

Na passagem do século XX para o XXI, a notícia que trata de temas científicos tem abordado cada vez mais fatos e descobertas que repercutem na política, na economia, na cultura e na qualidade de vida. O desafio que está posto para a comunicação da ciência neste início de século XXI é o de popularizar o ‘pensar com a ciência’. Da mesma forma, a compreensão da imprensa como espaço de manifestação do debate público sobre temas ambientais, no caso, sobre o valor da Floresta Amazônica¹, faz-se necessária.

De modo geral, as políticas de incentivo à divulgação científica partem da premissa de que a função precípua do jornalismo científico é informar a sociedade sobre os avanços da ciência e da tecnologia. Perceber a imprensa como uma instituição imbuída de poder simbólico, e o próprio campo científico (BOURDIEU, 1989) como um cenário de disputas, implica em amadurecer a leitura do papel da imprensa como intermediária neutra entre a produção científica e a sociedade.

Para compreender o processo de popularização, a notícia científica e ambiental será observada inserida no ciclo da comunicação científica – no processo que vai do momento da formulação, documentação e disseminação da informação - envolvida no campo científico (BOURDIEU, 1989) -, até o estágio de popularização, no qual ocorre a ampla divulgação da informação científica pela mídia e por meio de conferências, debates, publicidade, legislação, prêmios e incentivos à pesquisa (LIEVROUW, 1992).

No que diz respeito ao objeto específico de análise, percebe-se que desde o século XIV, a Floresta Amazônica foi alvo de debates por sua propriedade (na disputa pela demarcação de fronteiras entre o Brasil e outros países); pelo uso e comercialização dos

¹ Texto fundamentado na tese de doutorado *Do campo científico ao jornalismo científico: o discurso sobre o valor da Floresta Amazônica*, aprovada em 2001, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UnB.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação Científica e Ambiental**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



recursos naturais e por formas de ocupação do solo (projetos de colonização, dedicação à lavoura, reservas naturais, reservas extrativistas, reservas de biodiversidade). Este último aspecto, o da biodiversidade, ultrapassa a preocupação nacional e invade a esfera pública internacional. Agora, as florestas ingressam no mercado internacional como ativos ambientais por causa da capacidade de seqüestro de carbono.

As pesquisas científicas divulgadas por meio do discurso da imprensa são importante ponto de referência nos debates sobre a Floresta Amazônica. Trazem, por exemplo, informações acerca do percentual de área da floresta que pode ser desmatado sem causar degradação irreversível; sobre o aproveitamento fitoterápico das espécies da floresta; sobre o patenteamento de uso farmacológico de espécies; sobre o papel da floresta no aquecimento global e outros temas. Estudos como os de Oliveira (1991) e Barros (1999) demonstram o quanto o discurso sobre a Floresta Amazônica está envolto em questões de ordem política e econômica. Latour (1999) traz ainda destaque para um aspecto complementar da questão: o interesse e pressão da sociedade em partilhar as decisões que passam pela esfera da Ciência; incluímos nessa esfera científica a questão ambiental.

O discurso atual do jornalismo científico sobre a Floresta Amazônica, como é próprio a todo discurso, ecoa discursos outros, sejam contemporâneos ou de períodos históricos anteriores. No que diz respeito ao jornalismo científico, Geraldine (2000) mostra as peculiaridades da divulgação de notícias que envolvem situações de risco. Ao mesmo tempo, deparar com o discurso como objeto de análise requer ter como pressuposto que há muito de fala esquecida em todo discurso, muito de silêncio, muito de outras falas que parecem ser do autor do texto que originou determinado discurso, mas que, na verdade, não o são (ORLANDI, 1999).

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa foi estruturada sobre dois recortes: um recorte diacrônico (a histórica evolução da trama discursiva sobre o tema Floresta Amazônia) e um recorte sincrônico (a Análise de Discurso aplicada sobre uma reportagem especial especificada nas Seis Leituras expostas no item 2 do presente artigo).



1 Recorte diacrônico: Identificação de três retóricas dominantes (valor-de-uso e/ou de troca e valor intrínseco)

O recorte diacrônico nos levou ao contexto de produção discurso e ao interdiscurso (entendido como o que já foi dito antes sobre determinado assunto e está esquecido). Será observada a evolução no tempo do tema Floresta Amazônica e as metáforas que foram utilizadas para representar esse tema. Foi o momento da reconstrução da malha discursiva constituinte do discurso sobre o tema Floresta Amazônica. Este tipo de recorte compôs um arquivo de discursos, como proposto por Guillaumoud; Mالدیدیر (1994), sobre a floresta e o mundo natural no Novo Mundo, o qual permitiu a análise do trajeto do tema Floresta Amazônica. Nos discursos analisados em nosso recorte diacrônico, foram localizadas marcas distintivas das estratégias retóricas (REBOUL, 2000) em torno do tema Floresta Amazônica.

Valor intrínseco da floresta: herança do movimento romântico

A floresta vista como valor intrínseco é uma marca encontrada no movimento romântico do século XVIII. O movimento romântico deixou suas marcas na origem da biologia, com os naturalistas da época vitoriana na Inglaterra e, também, na origem do movimento ambientalista. Essa marca romântica que opõe natureza *versus* sociedade (MOURA, 2002), natureza *versus* tecnologia, natureza *versus* desenvolvimento econômico está presente em vários momentos do trajeto do tema Floresta Amazônica.

Valor de mercadoria da floresta (em sua dupla dimensão de valor-de-uso e de valor-de-troca: herança da ascensão burguesa)

Foi também identificada, no recorte diacrônico, uma estratégia retórica que associa valor-de-uso e/ou valor-de-troca à floresta. Essa mesma estratégia retórica está presente na origem da biologia (para fins de pesquisa que gerarão produtos comercializáveis, para venda a coleção de museus), na gênese da descoberta dos trópicos (o Eldorado, o Paraíso pleno de riquezas e matéria-prima). Tal estratégia retórica permite que a natureza seja vista como uma fonte de energia, ponto de vista que eclodiu com a Revolução Industrial, conjugando a



ciência, a natureza (como fonte de energia) e a indústria como beneficiária da atuação da ciência sobre a natureza.

2 Recorte sincrônico e a aplicação das Seis Leituras

O recorte sincrônico nos levou aos enunciados produzidos dentro de um mesmo período de tempo (janeiro a agosto de 2001). Foram levantadas notícias publicadas nos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Gazeta Mercantil, Correio Braziliense e na revista Veja, entre os meses de janeiro de agosto de 2001. O objetivo do levantamento não foi classificatório nem quantitativo, mas procurou possibilitar uma seleção de material para análise, sob o prisma qualitativo, com vestígios de manifestação das três retóricas identificadas no recorte diacrônico.

1ª : Leitura Polissêmica ou Literária

É o momento de deixar vir à tona a polissemia do texto: “deixar-se levar pelo próprio texto sem reprimir a polissemia (multiplicidade de sentidos) [...]” (PORTO, 1999, p. 75).

2ª : Leitura Parafrástica ou Científica

Nesta segunda leitura, se trabalha com hipóteses e perguntas feitas explicitamente ao texto, com “a finalidade de obter algumas respostas que possam confirmar ou negar previamente nossas indagações” (PORTO, 1999, p. 75).

3ª : Leitura Arqueológica

É o momento de mergulhar nas malhas do texto, em seu arquivo, sua memória. Serão seguidas pistas para compreender os sentidos produzidos pelo discurso, “pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção” (ORLANDI, 1999, p. 30). Também será considerado o interdiscurso: o que já foi dito antes sobre aquele mesmo assunto, em nosso objeto de análise, a Floresta Amazônica, ou temas correlatos. Para essa autora, os sentidos já ditos anteriormente, mesmo em outros lugares ou outros momentos, têm efeito sobre o discurso atual. Assim, procura-se, por meio da leitura arqueológica, encontrar o interdiscurso, como uma fala que já foi esquecida, apagada da memória, e que, ainda assim, faz-se presente.

4ª : Leitura Enunciativa



Na quarta leitura, é o momento em que se identificam os sujeitos enunciadore e enunciatários. “Ter em mente os enunciadores principais e aqueles que são apenas figurantes, ou até sujeitos ausentes” (PORTO, 1999, p. 75).

5ª : Leitura Argumentativa

É o momento da leitura dos argumentos presentes no discurso. É quando o analista observa como os sujeitos defendem suas idéias, sustentam seus argumentos, seja “baseando-se no sentido lógico ou no lado comovente da retórica.” (PORTO, 1999, p. 77).

6ª : Leitura do Acontecimento

É o momento em que se percebe o discurso como acontecimento historicamente situado. É quando se encontram a estrutura da linguagem e a história, “em que se nota o esquecimento ou a imposição ideológica, momento da fratura discursiva, aquele em que aparece com cores nítidas a ilusão dos sujeitos envolvidos.” Na leitura do acontecimento, o analista deve “Encontrar a exterioridade do texto em seu contexto, no vão dos interdiscursos, onde a presença do outro sempre evidenciará as marcas de um novo acontecimento” (PORTO, 1999, p. 78).

A análise de discurso por meio das seis leituras

Após o levantamento de notícias publicadas entre os meses de janeiro de agosto de 2001 nos jornais antes mencionados e na Veja, decidiu-se tomar como objeto de estudo para o recorte sincrônico, uma reportagem especial sobre a Amazônia publicada em Veja, selecionada por mostrar pistas da presença das estratégias retóricas identificadas no recorte diacrônico. A Análise de Discurso toma o texto como via de acesso ao contexto de produção do texto e a suas filiações de sentido. Logo, as Seis Leituras não estão restritas ao conjunto de 10 textos, pois a partir do momento em que este conjunto é visto como discurso, se vincula, necessariamente, a suas condições de produção, ao já dito, ao dizível, ao silenciado, às disputas por sentido. Aqui, detalha-se apenas a leitura do texto principal da reportagem, como segue.

TEXTO PRINCIPAL – “A floresta dá dinheiro”

Publicado na Revista VEJA, 22 de agosto de 2001, p. 76-81.
--

Tipo: Reportagem

Os trechos citados entre colchetes e em itálico são citações literais do texto de Veja e os trechos sem itálico e entre parênteses são observações da autora. Os trechos sublinhados têm intenção de destaque feitos pela autora da pesquisa, pois nenhum trecho da reportagem é sublinhado. Segue exemplo: [*a floresta dá* (e sempre dará) *dinheiro*]. A transcrição de Veja é o trecho [*a floresta dá dinheiro*]; o trecho (e sempre dará) é um diálogo da pesquisadora com os sentidos do texto.

1 Leitura polissêmica

O discurso traz várias posições sobre a Amazônia, defendendo, em termos gerais, que “a floresta dá dinheiro”, demonstrando, argumentativamente, com exemplos.

2 Leitura parafrástica

A repetição e a insistência no valor-de-troca da Floresta constituem a tônica que subsiste nos argumentos do discurso em análise. A repetição, anunciada desde o título da matéria, por meio de um verbo metaforizado [*a Floresta dá dinheiro*], retorna na associação entre a Floresta como uma montanha de dinheiro [*Trata-se de uma montanha de dinheiro, mas não se pode ir simplesmente à mata para colhê-la*].

O discurso também metaforiza os benefícios da Floresta como se fossem algo material (como suas folhas, árvores, minerais) a serem arrancados: [*Arrancados aleatoriamente, esses benefícios são mal aproveitados, acabam custando caro e tendem a se esgotar junto com a própria floresta*].

Ao mesmo tempo em que a Floresta é apresentada em seu valor comercial, portanto, mercadoria, apresenta-se, também, metaforizada como um ser vivo dotado de sensibilidade, podendo ser liquidado e ferido: [(...) *A floresta estará liquidada em apenas cinquenta anos*]; [*Cabe, por isso, procurar a melhor maneira de usufruir esses bens ferindo, na menor medida possível, o ambiente natural*].

O discurso prossegue insistindo no mesmo, anexando mais um argumento favorável ao uso do valor-de-troca da Floresta, metaforizando como uma quimera (utopia, monstro fantasmagórico) e luxo inconcebível o desejo de mantê-la intocada: [*Mas deixar a riqueza*



guardada para sempre é uma quimera diante dos interesses econômicos do mundo e um luxo inconcebível para um país pobre.]

Para recurso de ênfase à repetição do mesmo, o discurso lança mão de adjetivos qualificativos: [*Só o tamanho da Amazônia brasileira, que toma todo o norte do país, dá indicações ululantes de que ali há muitos tesouros a explorar*].

Há a preponderância da retórica do valor-de-uso e/ou de troca da Floresta (o que implica dizer, a retórica dela enquanto mercadoria). O discurso destaca as possibilidades de lucro com os recursos advindos da Floresta: lucros para empresas extrativistas de minérios, madeira, de biodiversidade, lucros para o País, que é pobre, (via aumento do PIB); lucros para o mundo, atendendo a seus “interesses econômicos”, pois deixar a riqueza florestal “guardada para sempre” e não atender a tais interesses econômicos é apresentado como se fora uma quimera (logo, algo estranho e inconcebível).

3 Leitura arqueológica

As malhas do texto conduzem, com frequência, a referências sobre os sentidos da Floresta, associados a idéias de **valor**. São referências que acionam discursos anteriores (interdiscurso) sobre os sentidos atribuídos à *Floresta*, à *Floresta Amazônica*, ao *meio ambiente* ou aos *recursos naturais*.

O trecho a seguir interpenetra-se com o imaginário, o já dito da época dos conquistadores, quando as dimensões das Américas e do Brasil alimentavam sonhos grandiosos nos viajantes. O tamanho da Floresta Amazônica, inclusive, na época das conquistas, era um alento para os viajantes, pois imaginavam, graças à sua dimensão, que haveria chance de lá dentro estar mesmo perdido O Eldorado, o reino do príncipe coberto de ouro. O imaginário da terra de infindáveis recursos, retratada nos mapas cartográficos da época dos descobrimentos, ecoa no discurso em análise: [*Só o tamanho da Amazônia brasileira, que toma todo o norte do país, dá indicações ululantes de que ali há muitos tesouros a explorar*].

4 Leitura enunciativa

Na abertura da matéria, tem-se o desenho da enunciação que será desenvolvida: antetítulo (ou seção) – *Ecologia*; Título – *A floresta dá dinheiro*; e subtítulo – *Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada*.

A designação da seção como *Ecologia* abre uma série de possibilidades de sentidos. Pode estar se referindo à ecologia/ciência ou à ecologia/movimento ambientalista. O título [*A floresta dá dinheiro*] é apresentado como fato incontestável, uma verdade, uma síntese de raciocínio. O subtítulo [*Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada*] apresenta um enunciado que confirma o título e o situa dentro da Seção *Ecologia*.

O discurso, apesar de transformar logo em sua abertura/anunciação a crítica aos [*xiitas da ecologia*], abre a narrativa demonstrando-se como ecologicamente correto, ao condenar os erros do passado, citando Carajás e outras experiências não bem sucedidas. A posição discursiva de um sujeito enunciador ecologicamente correto corresponde a uma variância do contrato de leitura que Verón (1983) afirma que a imprensa estabelece com seu leitor. No que diz respeito à questão ecológica, a análise do discurso demonstra, desde a constituição da malha discursiva do tema Floresta Amazônica, que diversos fatores políticos interferem na constituição deste contrato de leitura entre a imprensa e o público e, sobretudo, a imprensa concebida enquanto esfera pública (HABERMAS, 1984).

O discurso é conduzido por um enunciador impessoal² que, embora em tom impessoal, com maior ou menor ênfase, utilizando dados, adjetivos qualificativos ou estratégias narrativas, acentua o valor-de-troca da Floresta: [*Esse é o total a que se chega somando todo o potencial de produção de madeira, minérios, turismo, medicamentos e cosméticos armazenados na floresta*].

O enunciador se posiciona de forma objetiva ao fazer uso de testemunhos sejam pessoais, sejam generalizados, de um sujeito coletivo, sem nome. As marcas de subjetividade estão nas qualificações empregadas pelo enunciador.

² A reportagem analisada foi redigida por vários autores diferentes, mas conforma um só conjunto textual – reportagem – e uma fala homogeneizadora, em termos discursivos, embora haja momentos de dissonâncias internas no discurso analisado. A expressão ‘enunciador impessoal’ diz respeito, naturalmente, ao enunciador que unifica as diversas falas provenientes de autorias diversas dentro da reportagem tomada como objeto empírico.

O enunciador segue seu padrão de objetividade por meio do qual o redator parece não emitir opiniões pessoais, mas o faz por meio de qualificativos, por meio do testemunho autorizado, onde privilegia os depoimentos que reforçam o argumento central de que [*a floresta dá dinheiro*] e também que confirmam o contra-argumento de que [*os xiitas da ecologia estão errados*]. Aliás, embora anuncie a crítica aos *xiitas* logo no subtítulo da matéria, o discurso não dá voz a eles. São interlocutores silenciados, apagados do discurso.

5 Leitura argumentativa

A grande linha argumentativa do discurso está concentrada nas séries discursivas associadas ao sistema produtivo:

- [atividade econômica]
- [lucro], [bom lucro]
- [ouro], [mata dos ovos de ouro]
- [dólares], [1 bilhão de dólares], [483 dólares], [1,28 trilhão de dólares], [7,2 trilhões de dólares],
[50 bilhões de dólares por ano], [3,6 trilhões de dólares], [1,7 trilhão de dólares], [3 bilhões de
dólares por ano], [10 milhões de dólares por ano]
- [25 reais], [500 000 reais], [2 500 reais]
- [riquezas],[riqueza da floresta], [tirar riquezas], [riquezas do país]
- [preço]
- [valor], [valor de cada recurso natural], [valor da água]
- [mercado internacional]
- [interesses econômicos dos países ricos]
- [recurso natural]
- [dinheiro], [montanha de dinheiro]
- [ganhos]
- [Produto Interno Bruto]
- [Render mais a curto prazo].

Esta série discursiva está alicerçada nos princípios de produção do sistema capitalista que tem nos recursos naturais uma fonte de geração de riqueza econômica. É a série discursiva que agrega a retórica do valor de mercadoria da Floresta. Embora os componentes da série sejam apresentados como itens, servem de pistas à malha discursiva. Os vestígios da retórica do valor de mercadoria filiam-se aos sentidos propostos pelo príncipe coberto de

ouro, pelo ímpeto de conquista dos países colonizadores e, também, pela natureza transformada em fonte de riquezas. Esta série discursiva reforça e coordena os grupos argumentativos em torno do argumento central de que [*a floresta dá dinheiro*]. Mazur; Lee (1993) demonstram como, paulatinamente, o tema florestas tropicais foi sendo incorporado ao debate internacional, e ressaltamos que, nessa visibilidade internacional, elas agregaram o elemento de valor-de-uso e de troca.

Embora o tom da argumentação seja que [*a floresta dá dinheiro*] para o país, indústrias e sociedade, há outra via argumentativa paralela, que chama a autoridade dos [*interesses econômicos do mundo*], que, ao lado das necessidades de um país pobre (o Brasil) transformam a idéia de deixar a riqueza da Floresta guardada em uma *quimera*: [*Mas deixar a riqueza guardada para sempre é [uma quimera diante dos interesses econômicos do mundo e um luxo inconcebível para um país pobre]*].

Ao designar como [*quimera*] e [*luxo inconcebível*] a possibilidade de deixar a riqueza da Floresta guardada, o enunciador apresenta um argumento contrário aos que, no subtítulo da matéria, foram designados como [*xiitas da ecologia*]. Os [*interesses econômicos dos países ricos*] e [*as necessidades de um país pobre*] são argumentos que reforçam a defesa de que [*os xiitas da ecologia estão errados*]. Além do fato de que [*a floresta pode e deve ser explorada*], como defendido no subtítulo, já que gera riquezas, aumenta o PIB etc., acrescenta-se o fato de que é uma utopia, uma loucura, enfim, uma [*quimera*] deixar sua riqueza intocada e não atender aos [*interesses dos países ricos*] e as [*necessidades de um país pobre*].

A exploração e a preservação das florestas tropicais, a partir da década de 80, deixaram de ser preocupação interna dos países e se tornaram temática internacional. Na reunião do G-7 (sete países mais industrializados), em 1990, no Texas, foi proposta a criação de um programa piloto “que reduzisse a taxa de desmatamento das florestas tropicais brasileiras” (Ministério do Meio Ambiente, 1999, p.3).

Em 1991, representantes do G-7 e da Comunidade Européia criaram o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Mas, a conservação da Floresta Amazônica, como advertem Cole; Orlando (1995), não depende apenas do Brasil. Está ligada à demanda e ao consumo internacional de energia e materiais.

A política de integração do território, iniciada no Plano de Metas do governo JK e estendida até o III Plano Nacional de Desenvolvimento, resultou em estradas (com suas



conseqüentes vilas e cidades), intenso fluxo migratório, abertura de mineradoras e garimpos e de enormes clareiras nas florestas.

Um argumento que encantava e até mesmo fascinava os aventureiros conquistadores da época da conquista européia do Novo Mundo era a infinidade de recursos, a promessa de um futuro de explorações sucessivas e intermináveis, anunciadas nas cartas dos conquistadores para Espanha, Portugal e Inglaterra, inclusive na Carta de Pero Vaz de Caminha para a Coroa Portuguesa. No discurso em análise, ressurge a promessa dos recursos infindáveis e, ainda no século XXI, desconhecido: [*O volume real de minérios da Amazônia ainda é virtualmente desconhecido, diz o presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Umberto Raimundo Costa*].

Em 1958, foram descobertas as primeiras jazidas de ouro na Amazônia, na região do rio Tapajós. Mas até durante os anos 60, “o desenvolvimento da atividade garimpeira refletiu pouco sobre as cidades perto das áreas de garimpo” (MATHIS *et al.*, 1997, p. 68). Quando a mineração em Tapajós estava para ser encerrada (devido ao ciclo natural de 10 anos de exploração rudimentar), o garimpo na região tomou novo fôlego. Explica-se: deve-se ao “anúncio pelo presidente Médici em 1970 de um conjunto de medidas que visavam a transformar a Amazônia em um espaço (milagroso), que se encaixaria dentro da perspectiva do milagre econômico, transformando-a em um local capaz de resolver os problemas dos flagelados da seca do Nordeste”, segundo os mesmos autores (p.69).

Nos anos 70, o Projeto Radam (Radar na Amazônia), criado como instrumento do Programa de Integração Nacional, e parte integrante do I Plano Nacional de Desenvolvimento, realizou extenso inventário dos recursos naturais da Amazônia. A divulgação da descoberta elevou o preço da terra e trouxe grande fluxo de imigrantes em uma espécie de corrida do ouro. Berta Ribeiro relata que as tribos que habitavam o sul do Pará sofreram enorme impacto devido à extração da madeira ou mineração.

O potencial de riquezas da Floresta é usado como dado que reforça o argumento central de que a mesma dá dinheiro: [*Uma operação matemática, multiplicando o valor de cada minério pelos estoques já medidos no subsolo da Amazônia, excluído o petróleo, resulta na impressionante quantia de 7,2 trilhões de dólares*]. Da mesma forma, a autoridade científica, resguardada pelos interesses isentos que se pressupõe ter o campo científico, é usada como validação do valor-de-troca: [*Hoje é possível ter avaliações científicas para*

estimar quanto a Amazônia pode render, num futuro visível, se for feito o chamado aproveitamento racional, que busca tirar riquezas preservando o ecossistema].

Por fim, a perspectiva de altos lucros para o Brasil (esquecendo os interesses econômicos dos países ricos antes referidos) são apresentados como visão de futuro grandioso: [*Respeitadas todas essas premissas, calcula-se que, num prazo também de cinquenta anos, o Brasil poderá estar tirando da Amazônia recursos no valor de 1,28 trilhão de dólares por ano, mais de duas vezes o atual Produto Interno Bruto (PIB)*]. A referência ao PIB, além de relacionada com visões anteriores que associavam a Floresta ao crescimento do país, é um demonstrativo da interação entre atividades econômicas/humanas e meio ambiente.

Na segunda metade da década de 70, inicia a mecanização da atividade mineradora na Amazônia. À época, a balança comercial brasileira estava sofrendo as conseqüências do aumento do preço do petróleo. “César Cals, ministro das Minas e Energia [...] estabeleceu como meta o aumento da produção de ouro de 4,5 em 79 para 100 toneladas em 1985” (MATHIS *et al.*, 1997, p.73). Tais números, mesmo assim, não expressam o ouro comercializado informalmente.

O discurso dialoga com um leitor/consumidor ao qual se oferecem informações para que possa avaliar as perspectivas individuais e coletivas (para o país) dos possíveis lucros advindos da exploração dos recursos naturais disponíveis na Floresta, da Floresta como mercadoria (MARX, 1983), em sua dupla dimensão (valor-de-uso e valor-de-troca). Os argumentos somam pela defesa de que é possível gerar riqueza dos tesouros da Floresta/mata dos ovos de ouro.

O trecho a seguir ilustra o modelo da estrutura narrativa da argumentação empregada. **A idéia de que se pode iniciar imediatamente a exploração dos recursos disponíveis na Floresta.** Reforça o argumento chamando atenção para o lucro imediato (e que rende mais a curto prazo): minérios e petróleo. Um bom exemplo da retórica do valor-de-troca: [*A melhor notícia é que o aproveitamento de parte dos recursos disponíveis pode ser iniciado imediatamente. Melhor ainda: a possibilidade mais simples para começar essa exploração engloba aquilo que pode render mais a curto prazo – os minérios em geral e o petróleo em particular*].

6 Leitura do acontecimento

O debate sobre o valor da Floresta Amazônica e a construção de imagens sobre ela apontam vários caminhos: a Floresta como serviço social, a Floresta patrimônio nacional, a Floresta pulmão do mundo e Floresta como banco de recursos genéticos etc. Muitas destas imagens passam pela divulgação de resultados de pesquisas científicas sobre o tema, tanto quanto pelas decisões governamentais ou acordos nacionais e internacionais, quer dizer, pela regulação social.

Na Sexta Leitura, a do acontecimento, surgem dois esquecimentos: o primeiro do não dito em relação a todos os conflitos que estão se enfrentando na disputa sobre o que fazer e como valorar a Floresta Amazônica e, em última instância, os recursos naturais. O outro esquecimento faz parte de um nível mais profundo. É o esquecimento de que o campo científico, que valida uma ou outra retórica quanto ao valor da Floresta, fez-se como campo isento de interesses sócio-políticos por uma construção histórica. Mas, a princípio, desmistificando este esquecimento, o campo científico também está envolvido nos interesses que estão se enfrentando nos discursos sobre a Floresta. A reportagem que serve de acesso ao discurso em análise está situada na seção Ecologia da Veja, como antes enunciado: antetítulo (ou seção) – *Ecologia*; Título – *A floresta dá dinheiro*; e subtítulo – *Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada*.

No mesmo nível de esquecimento, encontra-se o esquecimento de que as retóricas se constituíram com fins de disputa por poder simbólico e que foram modificados ao longo do transcorrer histórico, conforme surgiam interesses e necessidades diversos.

As leituras anteriores nos permitiram sair de uma primeira leitura polissêmica do discurso em análise, partindo para uma leitura parafrástica, com apoio da sintaxe para localizar as metáforas e, depois, inquirir o discurso sobre a presença das retóricas. Neste momento, as retóricas que se apresentaram, com maior vigor, foram as do valor-de-uso e/ou de troca da Floresta. Então, na terceira leitura, na arqueológica, foram localizados traços históricos do interdiscurso que construiu conflitos entre tais retóricas. Na quarta leitura, enunciativa, a análise levou à identificação dos traços da enunciação, de um sujeito que ora se apresenta como enunciador, ora vela-se. Um sujeito enunciador que faz uso de recursos de citação para fazer sua a voz de outros. Na leitura argumentativa, a quinta, foi possível ir mais a fundo nos recursos de argumentação do texto, alguns já apontados nas leituras anteriores,

mas, agora, localizando em um contexto mais imediato (a história do Brasil) e em outro mais mediato (a história do meio ambiente como recurso natural/bem econômico) os fundamentos argumentativos do discurso. A quinta leitura permitiu-nos analisar a organização das retóricas dentro do discurso em foco.

A imagem da **utilidade** das selvas está presente em sua malha discursiva na forma dos “bosques em navios”, da “selva em uma frota para o Rei”, todos envolvidos em uma seqüência de metáforas alimentadas pelas leituras das descrições dos cronistas e viajantes Ariosto, Oviedo y Virgilio (BECCO, 1991).

Na Sexta Leitura, a do acontecimento, surge a possibilidade da desconstrução das retóricas: elas enfrentam-se baseadas num esquecimento fundamental, o esquecimento da separação simbólica dos campos de organização do poder.

Um desses campos é exatamente o campo científico (BOURDIEU, 1989). Um outro, o campo econômico, que se distingue por ter sido, historicamente, apartado de todos os demais, resultando que a ciência, as artes, e também a imprensa, passaram a apresentar-se como destituídas de interesses e influências econômicas.

O campo científico apresenta-se, no discurso, composto pela voz coletiva sem face dos [*inúmeros especialistas*], pela instrumentalização da [*análise química*] que, assim, cumpre seu papel de (de forma neutra e objetiva) dar suporte ao *cosmos* econômico, sem com ele comprometer-se e perder sua objetividade. É a musa inspiradora do crescimento econômico. Enfim, com o apoio da pesquisa científica, a [*floresta dá dinheiro*].

Síntese das Seis Leituras

Ao invés de buscar um discurso único, pretende-se localizar e analisar as diferentes estratégias retóricas presentes na construção histórica e na manifestação presentes destes discursos que vêm à tona no discurso da imprensa.

A pesquisa se propôs a perceber como este discurso faz sentido, observando-o situado na história, marcado por posições discursivas. Um sentido que surge como efeito de um dizer em relação a outros dizeres, inclusive com dizeres anteriores aos atuais.

A análise soma-se a estudos anteriores (NELKIN, 1995), que apontam a utilização de metáforas e comparações como uma das características da divulgação científica. A metáfora

central no texto em análise é a da [*mata dos ovos de ouro*]. Mantém a defesa do valor de mercadoria da Floresta, mas deixa um espaço aberto para os críticos da valoração econômica do meio ambiente. O espaço aberto fecha em um piscar de olhos e demonstra que os [devidos cuidados] devem ser dados à Floresta para que continue produzindo seus [*ovos de ouro*] e não por algum motivo estético, filosófico, romântico, religioso ou qualquer outro defendido pelos [*xiitas da ecologia*].

Procurou-se tomar o texto como via de acesso ao discurso, devolvê-lo, enquanto discurso, aos processos sociais aos quais está vinculado, como propõe a Análise de Discurso. Mas, neste percurso, como analista, procurou-se estar ciente de que há uma errância de sentidos na vinculação do discurso com suas filiações históricas. Não é possível encerrar e congelar o sentido à sua filiação histórica. O discurso é movimento. É encontro com a história, com as condições de produção, com o dito, mas também com o não dito.

Na análise realizada, verificou-se a presença do mesmo: a paráfrase da Floresta como mercadoria. Por outro lado, há o movimento, o espaço vazio deixado pela referência aos xiitas da ecologia (o conflito, o outro lado do valor da Floresta) que, mesmo silenciado, fica à espreita por significação.

Ao sintetizar as Seis Leituras, evita-se concluir a análise com uma leitura estática. Para tanto, é preciso admitir a presença inquietante e histórica do desvio e da errância de sentidos. Resta chamar a atenção para o silêncio, para o vazio, para o que não foi dito, mas está presente, para os sentidos latentes e não explicitados quanto ao valor da Floresta. A errância de sentidos está presente no cenário de interesses conflitantes que cercam a região amazônica :

De um lado, a consciência ecológica, legítima; de outro, pressões geopolíticas associadas à valorização da biodiversidade como fonte da ciência e tecnologia e fonte de poder, pressões que expressam as contradições entre as próprias potências dominantes quanto à definição de grandes mercados supranacionais. E é no contexto das novas tendências geopolíticas mundiais que emerge o novo paradigma de desenvolvimento sustentável e se valoriza a Amazônia. (BECKER, 1993, p.129).

Há, ainda outros lados, outras tendências de apropriação e de valoração da Floresta, em permanente discorrer em busca do exercício do poder simbólico manifestado pela enunciação, como demonstra Serra (2001). O discurso em análise acentua o valor-de-

troca e o valor-de-uso da mercadoria Floresta Amazônica. Para isto, lança mão dos argumentos das práticas econômicas geradoras de riqueza. Lembramos Foucault (1971) que descreve como, a partir do século XVI, as práticas econômicas foram disseminadas como receitas, e até como moral, de forma que foram, aos poucos, resultando em uma teoria das riquezas e da produção. O discurso de popularização sobre a Floresta Amazônica recorre a séries discursivas da teoria da riqueza e da produção para anunciar que [*a floresta dá dinheiro*].

O sujeito da enunciação do discurso arregimenta argumentos para comprovar a potencialidade econômica da Floresta, mas não se mostra diretamente. Usa da voz coletiva, dos testemunhos históricos, da generalização para avaliar seu argumento central. O sujeito, assim, desliza e não se assume plenamente como porta-voz da retórica do valor de mercadoria da Floresta. Tal deslizamento é facilitado pelo uso da metáfora da [*mata dos ovos de ouro*]. É uma metáfora que, embora reafirme o valor de mercadoria, inaugura uma nova pertinência, como Ricouer (1992) lembra ser a metáfora capaz. Mas que nova pertinência cria a metáfora da [*mata dos ovos de ouro*], se ela apenas atualiza o ciclo parafrástico da retórica da Floresta como mercadoria (ora valor-de-uso, ora valor-de-troca)?

A metáfora dos [*ovos de ouro*] promete ao interlocutor alívio ante o receio de que o desequilíbrio ambiental leve ao fim do mundo como alardeiam os [*xiitas da ecologia*]. Ao contrário, a metáfora da [*mata dos ovos de ouro*], central a todo o discurso, cria uma nova congruência para o argumento de que [*floresta dá dinheiro*] esse sim, isoladamente, um anúncio sem eco.

A nova congruência instalada pela metáfora dos [*ovos de ouro*] da mata está em seu deslizamento. Desliza sobre as críticas, sobre o derretimento das calotas polares, sobre o risco científico e tecnológico, e inaugura um espaço que aponta para rico futuro, de acelerado crescimento do PIB, tendo infinitamente à disposição a [*mata dos ovos de ouro*], metáfora que desvia de e, ao mesmo tempo, apazigua as discordâncias, uma vez que assume que, para bem da produção infinita dos [*ovos de ouro*], a mata não deve perecer. Apenas [*pode e deve ser explorada*], pois afinal [*dá* (e dará sempre) *dinheiro*].

Embora a maioria dos textos dos box da reportagem e das legendas de foto reforce com provas (números e depoimentos) e imagens (fotos da fauna e flora, de laboratórios e tecnologias) o argumento de que [*a floresta dá dinheiro*], as promessas de riqueza não

cumpridas (e esquecidas) fazem-se presentes no paradoxo anunciado na conclusão do texto 1: *[Paradoxalmente, a área que guarda quase intacto um retrato do Brasil anterior ao descobrimento pode guardar também a chave de seu futuro]*.

Cinco páginas atrás, na abertura de seu discurso, o enunciador declarou que *[a floresta dá dinheiro]*. Conclui com a promessa final de que a Floresta é *[chave]* para o *[futuro]* do Brasil. Bem, se a Floresta faz de seus frutos dinheiro *[a floresta dá dinheiro]*, são estes frutos (o dinheiro que a Floresta dá) que são a *[chave]* que levará ao *[futuro do Brasil]*. Um argumento bem razoável para sustentar o *laissez-faire, laissez passer* do valor de mercadoria da Floresta.

A Floresta Amazônica já deu especiarias para a Coroa. Já deu madeira que se virou em navios quinhentistas. Já deu látex que se transformou em progresso. Já deu ouro que se metamorfoseou em riquezas infinitas. Hoje, dá minérios, madeira, sementes, óleos, DNA, castanhas, solo para pasto, solo para soja, essências, biodiversidade: “frutos” da Floresta que, no discurso da popularização, se metamorfoseiam em dinheiro. A Floresta dá dinheiro. Lá está uma *[montanha de dinheiro]* disponível. Lá está o príncipe coberto de ouro. Mas o príncipe é fugidio. Sempre parece ter sido encontrado, engano. Está mais além.

Desengano? Não. Nova promessa. Novo discurso. Se preciso, velho discurso com cara de novo. Tira o ouro que está recoberto o príncipe e recobre a galinha. Mantenha a galinha viva ou adeus aos ovos de ouro. O futuro por vir, sempre o futuro. Um futuro rico e feliz para (quase) todos, menos para os *[xiitas da ecologia]*. Presentes da Floresta. Para o *[futuro do Brasil]*.

O acontecimento: sincronia e diacronia no discurso

A pesquisa realizou dois recortes no *corpus*, um diacrônico e um sincrônico. No recorte diacrônico, fez um desenho da malha discursiva do tema Floresta Amazônica, a partir do qual foram identificadas as retóricas dominantes do seu valor intrínseco e do seu valor de mercadoria (em sua dupla dimensão de valor-de-uso e de valor-de-troca). O sincrônico examinou 10 textos que compõem uma reportagem da Veja, apresentadas em uma mesma edição.



Os dois recortes não foram feitos com efeito comparativo entre o discurso do passado (diacrônico) e o discurso do presente (sincrônico). Em se falando de discurso, não há o concluído, completo e fechado. Se é concluído, pode ser outra coisa, menos discurso: discurso é discorrer, é movimento. É filiação de sentidos distribuídos em momentos históricos (diacrônicos e sincrônicos) diversos, pronunciados por atores diferenciados, em condições de produção distintas. O dizer sincrônico reatualiza, redimensiona, reforça, repete ou contrasta com o já dito diacrônico. Assim, todos os discursos já foram ditos, mas, também, tudo ainda está por dizer. Novos atores, novas equivalências no jogo do poder simbólico e daí podem surgir o novo, o inusitado, ou não.

O encontro entre a sincronia (dizer atual) e a diacronia (dizer já dito) instaura o espaço do acontecimento: os fatos que solicitam sentido. Um sentido, que é histórico, exprime-se perante a proximidade ou distância de séries discursivas distintas e que é uma enunciação que marca o exercício do poder simbólico.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Antônio Teixeira de. Atores e discursos ecológicos no Brasil: ciência, Estado e imprensa (1972-92). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade de Brasília, 1999.
- BECCO, Horacio Jorge. Crônicas de la naturaleza. Cuadernos Lagoven del Nuevo Mundo. Venezuela, Ed. Arte, 1991.
- BECKER, Bertha K. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. IBAMA/ENAP/ Brasiliense, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. Ciência e Cultura, v. 37, n.9, p. 1420, setembro, 1985.
- COLE, John P.; ORLANDO, Heloísa Helena. A floresta fragmentada. Ciência Hoje, v. 18, nº 107, março de 1995, p. 10-13
- FREEMAN, C. Technology, progress and quality of life. Science and Public Policy, v. 14, n.1, 1995, p.14-19.



- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.
- GERALDES, Elen Cristina. *Legitimação e risco na erradicação da poliomielite no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. 2000.
- GUILHAMOU, J. & MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A Análise de Discurso ao lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura. Da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994. p 163-184.
- HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984. p. 139-158
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LATOUR, Bruno. A revolução que veio do frio. Folha de São Paulo, 6 de julho de 1999. Caderno Mais.
- LIEVROUW, Leah A. Communication, representation, and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. *Knowledge and Policy*, v. 5, n. 1, p. 6-28, spring 1992.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATHIS, Armin *et al.* Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia. Cejup, 1997
- MAZUR, A.; LEE, J. Sounding the global alarm: environmental issues in the US National News. *Social Studies of Science*, v. 23, 1993.
- MOURA, Dione Oliveira. O conflito civilização versus natureza nas páginas de Veja. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.
- OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo científico e a Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros*. Dissertação de Mestrado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), 1991.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *GT Estratégia Nacional de Biodiversidade Biológica, versão preliminar, agosto 1999*.
- NELKIN, Dorothy. *Selling Science. How the press covers science and technology*. New York: Freeman, 1995.



ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *Sexo, afeto e era tecnológica: um estudo de chats na internet*. Brasília: UnB, 1999.

SERRA, Sônia. A produção de notícias e a esfera pública internacional. In: FAUSTO NETO, A. *et. al.* (Org.) *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: COMPÓS, 2001. p. 83-112.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RICOUER, Paul. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, Sheldon (Org.). *Da metáfora*. São Paulo, EDUC/Pontes, 1992.